

FHC cobra responsabilidade dos governistas

Presidente reúne líderes governistas e deixa o recado: o futuro dos parlamentares também estará em jogo se o Real fracassar

Doca de Oliveira
de Brasília

O discurso foi duro e o tom dramático: o governo está fazendo o possível para consolidar a estabilização da economia, mas está nas mãos do Congresso Nacional a decisão de tornar o Brasil um País imune às surpresas que vêm de fora. Em mais de três horas de conversa com os líderes dos partidos aliados na manhã de ontem, o presidente Fernando Henrique Cardoso dividiu com o Congresso a responsabilidade pelo fortalecimento da economia brasileira e anunciou as diretrizes que nortearão a ação mais imediata do governo para contornar os efeitos negativos da crise nas bolsas internacionais. "Esta é uma reunião em que quero transmitir ao País serenidade e confiança", definiu Fernando Henrique.

Acompanhado dos ministros da Fazenda, Pedro Malan, e do Planejamento, Antônio Kandir, o presidente adiantou que o governo estuda mecanismos de retomada do crescimento econômico. A idéia é

estimular as exportações, e para isso será mobilizado o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O governo também pretende alavancar os setores de construção civil e agricultura, assim como controlar as importações. Apesar das boas intenções, nenhuma medida con-



Fernando Henrique Cardoso

creta foi anunciada pelo presidente nem pela equipe econômica. "Mas não será lançado nenhum novo pacote, não haverá nenhuma surpresa", tranquilizou o líder do PSDB na Câmara, deputado Aécio Neves (MG).

O presidente dará entrevista coletiva hoje para alinhar à

O ministro Luiz Carlos Santos receberá a lista de parlamentares resistentes à reforma para negociar

opinião pública a necessidade das reformas e de um ajuste adicional nas contas que preserve o plano Real. Foi mais um esforço do governo para acalmar os investidores internacionais assustados com a repercussão da queda das bolsas no Brasil. No encontro de ontem, não foram discutidos os volumes de cortes no Orçamento, ainda em análise pela equipe econômica. "Não se definiram cortes", disse o porta-voz da Presi-

dência, embaixador Sérgio Amaral. Segundo ele, durante a conversa o ministro do Planejamento e Orçamento, Antônio Kandir, teria reclamado dos números divulgados pela imprensa. "Esses números publicados não são verdadeiros e o Kandir está insatisfeito com esses números que estão voando por aí", acrescentou.

O presidente Fernando Henrique voltou a criticar duramente a posição dos partidos de oposição, acusando-os de não assumirem a sua parcela de responsabilidade na definição dos rumos do País — "Os ouvidos surdos de alguns vêm em qualquer bom propósito manobras eleitorais", afirmou. "Estiolam-se em conjecturas vãs os que não têm a grandeza de admitir que, se um presidente, a menos de um ano das eleições, pede austeridade e leva a economia ao sacrifício das altas de juros é porque pensa no interesse do País e do povo".

Embora venham sendo sistematicamente atacados pelo governo, os partidos de oposição não foram convidados para a conversa no Palácio do Planalto.

No final do encontro de ontem, os líderes da bancada governista selaram um acordo para acelerar a votação das reformas da previdência e administrativa, que estão emperradas na Câmara dos Deputados, e de outras matérias de interesse do governo ainda estacionadas no Senado federal: a prorrogação do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), a introdução do Sistema Financeiro Imobiliário

(SFI) e a aprovação da proposta de orçamento de 1998. O PMDB e o PSDB pretendem reunir suas bancadas para transmitir o recado do presidente e garantir um esforço de mobilização.

Ficou acertado que cada líder vai levar ao ministro Luiz Carlos Santos uma lista com os casos dos deputados mais renitentes, que não aceitam

votar apenas em função do apelo do presidente. O segundo turno da reforma administrativa ficou

"Um presidente que eleva os juros num ano eleitoral é porque pensa no interesse do País"

marcado para o próximo dia 12. Até o final do ano deverão ser votadas a proposta orçamentária, a emenda que prorroga o FEF e o primeiro

turno da Previdência. Não é só o presidente quem tem interesse em agilizar a pauta

do Congresso. Preocupados em evitar a convocação extraordinária no início do próximo ano, os líderes aliados se dispuseram até a trabalhar durante os finais de semana e feriados restantes em 1997 para apreciar todas as matérias demandadas pelo governo até meados de dezembro. "Se for necessário, poderemos trabalhar até durante os finais de semana. Não se discute a convocação", afirmou Elcio Álvares (PFL-ES), líder do governo no Senado.

Colaborou Luís Eduardo Leal